

SOLUCIONAR
CONSULTORIA AMBIENTAL



AAS e PGAS

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e
Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)
ALDEIA DO BREJO BURGO

2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE – PROSUS II

ALDEIA DO BREJO BURGO

Responsável pela elaboração

Marília Seabra Martins Santos
Engenheira Ambiental e Civil
CREA BA: 61392

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Sumário

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	7
1.1. DADOS DO EMPREENDIMENTO	7
1.2. RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	7
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	8
3. INTRODUÇÃO.....	11
4. OBJETIVO	12
4.1. GERAL.....	12
4.2. ESPECÍFICO.....	12
5. JUSTIFICATIVA.....	13
6. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E IMPACTO - BID.....	14
7. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	15
7.1. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	15
7.2. DIAGNÓSTICO DA ÁREA.....	16
CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA UBSI	18
GEOMORFOLOGIA	19
PEDOLOGIA.....	20
CLIMA.....	21
BACIA HIDROGRÁFICA	24
BIOMA.....	25
FAUNA.....	26
FLORA.....	27
SOCIOECONÔMICO	27
ETNIA PANKARARÉ.....	28
8. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	31
8.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL	31
MEIO AMBIENTE.....	31
FAUNA	32
RECURSOS HÍDRICOS.....	32
EMIÇÃO DE RUÍDOS.....	32
QUALIDADE DO AR	33
SANEAMENTO BÁSICO	33

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



RESÍDUOS SÓLIDOS	33
QUALIDADE DO SOLO E DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS.....	34
QUALIDADE DA ÁGUA	34
MEIO SOCIOCULTURAL.....	35
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	35
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	35
8.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL	36
MEIO AMBIENTE	36
NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	36
8.3. PADRÕES DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL (BID)	37
9. DISPOSIÇÕES GERAIS	39
9.1. PROTEÇÃO À FLORA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP	40
9.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	40
9.3 PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO	41
9.4 PROTEÇÃO A ANIMAIS SILVESTRES.....	42
9.5 PROTEÇÃO AOS RECURSOS HÍDRICOS	43
9.6 CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS.....	44
9.7 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS.....	45
9.8 CONTROLE DA POLUIÇÃO SONORA E VIBRAÇÕES	47
9.9 CONTROLE DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS	49
9.10 GERENCIAMENTO DE PRODUTOS PERIGOSOS	50
9.11 SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA.....	51
9.12. ATIVIDADES EM ÁREAS DE APOIO	53
9.13. CANTEIRO DE OBRAS	53
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO.....	54
DESATIVAÇÃO.....	58
9.14 BOTA-FORA.....	58
9.15 SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM.....	59
9.16 PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DO TRABALHADOR DURANTE A CONSTRUÇÃO	59
OBJETIVO	59
METAS.....	61
ATIVIDADES.....	61
9.17 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AMBIENTAL DA MÃO DE OBRA CONTRATADA	62

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



OBJETIVO	63
ATIVIDADES.....	63
RESPONSABILIDADES	64
9.18 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	64
9.19 AVCB	65
10. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - PGR	66
10.1. CENÁRIOS ACIDENTAIS E PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS	66
ACIDENTES COM MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS CAUSANDO DANOS ÀS PESSOAS	67
ACIDENTES COM PEDESTRES DURANTE A MOVIMENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	67
ACIDENTES ENVOLVENDO TRABALHO EM ALTURA.....	68
CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL POR DERRAMAMENTOS DE EFLUENTES CONTENDO ÓLEOS, GRAXAS, TINTAS E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS.....	68
POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA POR MATERIAL PARTICULADO E POEIRAS	68
RUÍDOS ACIMA DO PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS OBRAS.....	69
INCÊNDIO OU EXPLOSÃO PELO MANUSEIO DE SUBSTÂNCIAS INFLAMÁVEIS	69
AUMENTO DOS PROCESSOS EROSIVOS PELA MOVIMENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	70
ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS DURANTE AS OBRAS	70
DESASTRES NATURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	70
11. FORMA DE ACOMPANHAMENTO	72
12. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO DOCUMENTO	72
13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO	73
14. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO DOCUMENTO	73
15. RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO DOCUMENTO	73
16. REFERÊNCIAS	74
17. ART – ANEXO	75

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 - PROJETO UBSI – 3D.	10
Figura 2 - LOCALIZAÇÃO ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	15
Figura 3 - TERRENO IMPLANTAÇÃO UBSI.	16
Figura 4 - PERÍMETRO DO ATUAL CAMPO DE FUTEBOL NA ALDEIA BREJO DO BURGO. FONTE: ASC E PPI.	17
Figura 5 - SOBREPOSIÇÃO DE PERÍMETROS ENTRE O CAMPO DE FUTEBOL E A ÁREA PREVISTA PARA A UBSI. FONTE: ASC E PPI.	17
Figura 6 - DESTAQUE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GLORIA - BAHIA.	18
Figura 7 - VALORES MÉDIOS MENSIS DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA (BA), NO PERÍODO 1912/1999, PARA ANOS SECOS, REGULARES E CHUVOSOS.FONTE: DIAGNÓSTICO AGROAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA - ESTADO DA BAHIA.....	21
Figura 8 - CLIMA EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.....	22
Figura 9 - TEMPERATURAS..... MÁXIMA E MÍNIMA MÉDIAS DURANTE O INVERNO EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.....	23
Figura 10 - PROBABILIDADE DE PRECIPITAÇÃO JULHO EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.....	23
Figura 11 - FOTO DA AREA.	40

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Razão Social: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

CNAE: 132-5 - Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do Distrito Federal

CNPJ: 05.816.630/0001-52

Endereço: Av. Luiz Viana Filho, nº 400, 4A. Av. Plataforma 6, Lado B

Bairro: Centro Administrativo da Bahia – CAB

Município: Salvador

Estado: Bahia

CEP: 41.745.900

Telefone: (71) 3704-300

Representante Legal: Sra. ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA- Secretária Estadual da Saúde, autorizado pelo *Decreto s/n, publicado no Diário Oficial do Estado de 01 de janeiro de 2023.*

1.2. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Responsável Técnico pela Elaboração da Avaliação Ambiental e Social (AAS) e do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Marília Seabra Martins Santos

Profissão:

Engenheira Ambiental e Civil

CREA:

61392 – BA – Marília Seabra Martins Santos

Identificação da ART:

BA20251104374

Empresa:

SOLUCIONAR CONSULTORIA AMBIENTAL

CNPJ: 26.255.954/0001-39

Endereço: Av. Estados Unidos, nº558, Edf. Joaquim Barreto de Araújo, Sala 1120, Comércio, Salvador – Bahia.

Telefone: (71) 98219-6426

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia – PROSUS II (BR-L1602) é uma iniciativa do Governo da Bahia voltada à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade dos serviços de saúde pública, com foco na atenção básica e na descentralização das ações de média e alta complexidade.

O PROSUS II integra a carteira de projetos da Divisão de Proteção Social e Saúde (SPH) do BID no Brasil, que atua na promoção da inclusão social e na melhoria das condições de saúde da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, em articulação com o Governo Federal e outras instituições de desenvolvimento. O programa está estruturado em quatro componentes principais:

- Ampliação do acesso e da resolutividade da atenção básica, incluindo a construção de 38 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), beneficiando 38 aldeias de 13 povos indígenas distintos;
- Descentralização e regionalização das ações de média e alta complexidade;
- Fortalecimento da gestão, qualidade e eficiência da rede SUS Bahia;
- Gestão, monitoramento e avaliação do Programa.

Durante sua implementação, o PROSUS II deve atender integralmente ao Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do BID, especificamente ao Padrão de Desempenho Ambiental e Social 1 (PDAS 1), que exige a realização de uma avaliação ambiental e social, além da criação de um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) adequado à escala e aos riscos do projeto. Esse sistema deve incluir estrutura de gestão específica, identificação de riscos, programas de mitigação, capacidade técnica e organizacional, plano

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

de resposta a emergências, engajamento das partes interessadas e mecanismos de monitoramento e avaliação.

O Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia – PROSUS II (BR-L1602), em sua interface com os povos indígenas, contempla no Componente 1 – Ampliação do acesso e da resolutividade da atenção básica, a construção de 38 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI). Essa ação visa fortalecer a atenção primária nas comunidades indígenas, promovendo o acesso mais amplo, qualificado e culturalmente adequado aos serviços de saúde, beneficiando diretamente 38 aldeias pertencentes a 13 diferentes povos indígenas do estado. Trata-se de uma iniciativa estratégica para reduzir desigualdades e garantir o direito à saúde dessas populações tradicionais.

O Padrão de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) 7 do BID, reconhece que os Povos Indígenas, enquanto grupos sociais e culturais distintos, frequentemente integram os segmentos mais marginalizados e vulneráveis da sociedade. Em muitos casos, sua condição econômica, social e jurídica compromete sua capacidade de defender direitos e interesses relacionados às suas terras, bem como aos recursos naturais e culturais que utilizam. Isso também pode limitar sua participação e o acesso equitativo aos benefícios do desenvolvimento, especialmente quando este não respeita sua cosmovisão.

Os Povos Indígenas são particularmente suscetíveis a impactos negativos quando suas terras são transformadas, invadidas ou degradadas. Além disso, suas línguas, culturas, práticas religiosas, crenças espirituais e instituições podem estar sob ameaça. Como resultado, esses povos tendem a enfrentar maiores riscos diante de projetos de desenvolvimento, incluindo perda de identidade, cultura, formas tradicionais de subsistência e maior exposição à pobreza e a doenças.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



Figura 1 - PROJETO UBSI – 3D.

Para viabilizar o PROSUS II, foi firmado em 12 de dezembro de 2024 um Contrato de Empréstimo (nº 5870/OC-BR) entre o Governo do Estado, na condição de mutuário e executor, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pelo financiamento, supervisão e assistência técnica do programa.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

3. INTRODUÇÃO

De acordo com os parâmetros definidos pelo Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o PROSUS II, apresentamos a Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) que contemplam a implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) na Aldeia Brejo Burgo com as diretrizes específicas de controle ambiental.

O conteúdo visa assegurar que a implantação da UBSI ocorra de forma sustentável, participativa e alinhada aos direitos dos povos indígenas ao estabelecer medidas preventivas, corretivas e de monitoramento voltadas à minimização de impactos ambientais e sociais, respeitando as particularidades culturais, territoriais e ecológicas da comunidade indígena local.

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) é um documento orientador das ações a serem implementadas durante a execução das obras, servindo como instrumento para direcionar as medidas necessárias à mitigação de impactos ambientais, bem como para garantir o cumprimento de procedimentos, normas, diretrizes e requisitos legais e normativos ambientais aplicáveis.

Portando, este PGAS contempla um conjunto de ações, atividades e projetos específicos para a fase de obras, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento e assegurar a regularização dos componentes ambientais ao longo do desenvolvimento das atividades.

O princípio da responsabilidade ambiental exige que os empreendedores adotem medidas de monitoramento e controle durante todo o processo de implantação de cada empreendimento.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

4. OBJETIVO

4.1. GERAL

Identificar os impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), bem como apresentar as medidas de mitigação, controle e redução dos riscos socioambientais.

4.2. ESPECÍFICO

- Monitorar a execução das obras e dos programas de controle ambiental;
- Garantir a efetiva aplicação das medidas de controle ambiental estabelecidas;
- Implantar e operar os canteiros de obras de forma ambientalmente adequada;
- Assegurar que a força de trabalho envolvida não contribua para a degradação ambiental;
- Reduzir ao mínimo a interferência das atividades dos canteiros e dos trabalhadores no cotidiano da comunidade local;
- Prevenir, minimizar, controlar ou mitigar potenciais impactos socioambientais significativos durante a fase de implantação do projeto;
- Proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores nas obras;
- Assegurar o cumprimento contínuo da legislação ambiental e trabalhista, conforme as diretrizes do MPAS.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

5. JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, no artigo 225, determina que é dever do poder público e da coletividade preservar o meio ambiente, atribuindo ao empreendedor a responsabilidade de reparar os danos causados aos recursos naturais por suas atividades. Sendo assim, compreende-se ao longo de todas as etapas de implantação da UBSI, a responsabilidade fundamental e inalienável do empreendedor. Essa obrigação abrange não apenas o compromisso de minimizar os impactos ambientais que possam ser gerados durante a execução do projeto, mas também, na adoção de medidas preventivas e corretivas que garantam a preservação e recuperação dos recursos naturais afetados.

Ao assumir essa responsabilidade, o empreendedor demonstra alinhamento com os preceitos constitucionais e com os princípios da sustentabilidade, reforçando o compromisso com o desenvolvimento econômico e social equilibrado. Além disso, o cumprimento dessas obrigações assegura que todas as etapas deste UBSI sejam conduzidas de maneira a respeitar o meio ambiente e as comunidades envolvidas, promovendo o equilíbrio ecológico e contribuindo para a manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos da região. Nesse contexto, o papel do empreendedor vai além de uma simples exigência legal, abrangendo uma visão estratégica e ética que considera o impacto de suas ações no presente e no futuro. O desafio de conduzir a UBSI em conformidade com essas diretrizes reflete a importância de integrar as dimensões ambiental, social e econômica em todas as fases de planejamento e execução do empreendimento.

A implantação de uma Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) está em consonância com o Marco de Políticas Ambientais e Sociais, especialmente com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) 7, que reconhece os Povos Indígenas como grupos sociais e culturais distintos, frequentemente entre os mais marginalizados e vulneráveis da população. A implementação do PGAS, conforme planejado, está alinhada aos compromissos ambientais assumidos, reforçando o propósito de manter o equilíbrio ambiental nas áreas sob sua administração.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

6. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E IMPACTO - BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) adota um sistema de categorização para classificar programas e atividades financiadas, com base na análise de seus impactos. Essa classificação considera diversos aspectos específicos, tais como:

- i) o tipo de projeto ou atividade;
- ii) a localização;
- iii) a sensibilidade e a escala do projeto; e
- iv) a natureza e a magnitude dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais, incluindo aqueles relacionados a desastres naturais e às mudanças climáticas.

Com base nesses critérios, os projetos são enquadrados nas seguintes categorias:

Categoria A: atividades com potencial de causar impactos ambientais ou sociais negativos significativos, ou que possam afetar de forma relevante os recursos naturais;

Categoria B: atividades que podem gerar impactos ambientais ou sociais negativos predominantemente locais e de curto prazo, para os quais existem medidas de mitigação eficazes e de fácil implementação;

Categoria C: atividades com baixa probabilidade de gerar impactos ambientais ou sociais significativos, ou que apresentam impactos mínimos ou inexistentes.

No contexto do PROSUS II, as implantações das Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) foram classificadas como Categoria B. Para cumprir as exigências da Política de Desempenho Ambiental e Social (MPAS) do BID, é fundamental que, durante a fase de implantação da UBSI- Aldeia do Brejo, etnia Pankararé, sejam seguidas as diretrizes estabelecidas neste Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

7. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

7.1. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área destinada à implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), Aldeia Brejo, no município de Glória, estado da Bahia. O terreno possui uma extensão de 882,766 m² e está localizado a aproximadamente 444 km da capital, Salvador.

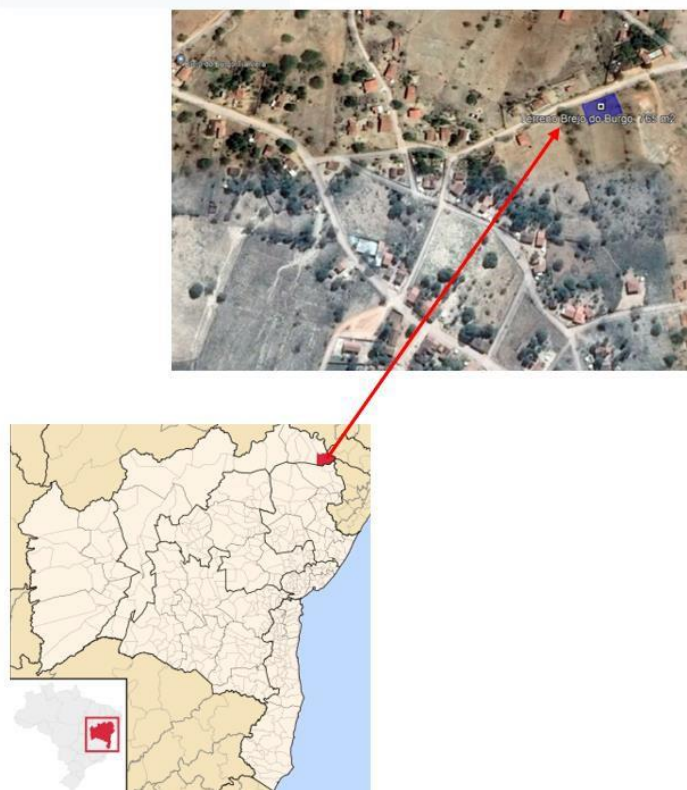


Figura 2 - LOCALIZAÇÃO ÁREA DE INTERVENÇÃO.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

7.2. DIAGNÓSTICO DA ÁREA

A área escolhida para a implantação da UBSI corresponde a um campo de futebol já existente, o que motivou sua seleção justamente pelas características do terreno como ausência de vegetação, área plana, solo de terra batida e ambiente previamente antropizado. Essa condição preexistente contribui significativamente para a redução dos impactos ambientais da obra, uma vez que evita a supressão de vegetação nativa e a modificação de ecossistemas preservados.



Figura 3 - TERRENO IMPLANTAÇÃO UBSI.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025



Figura 4 - PERÍMETRO DO ATUAL CAMPO DE FUTEBOL NA ALDEIA BREJO DO BURGO. FONTE: ASC E PPI.



Figura 5 - SOBREPOSIÇÃO DE PERÍMETROS ENTRE O CAMPO DE FUTEBOL E A ÁREA PREVISTA PARA A UBSI. FONTE: ASC E PPI.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

As Terras Indígenas habitadas pelos Pankararé se situam na Bacia do Rio São Francisco, tendo como Bioma predominante a Caatinga.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA UBSI

A Aldeia Brejo do Burgos, município de Glória, está localizada na microrregião homogênea 147 (Zona do Sertão do São Francisco), no estado da Bahia. De acordo com o Anuário Estatístico da Bahia (1996), o município abrange uma área de 1.282,0 km², com altitudes variando entre 240 e 660 metros. Possui uma área territorial de 1.545,192 km² (IBGE, 2016), cujos municípios limítrofes são: Paulo Afonso e Rodelas em território baiano. Floresta, Petrolândia e Jatobá em território pernambucano. Delmiro Gouveia em território alagoano. Suas coordenadas geográficas são 9° 20' 20" S, 38° 15' 25" O.

A sede municipal encontra-se a aproximadamente 444km da capital Salvador e a 443 km da cidade de Recife. Suas coordenadas geográficas são 9°18' de latitude sul e 38°41' de longitude oeste de Greenwich, conforme ilustrado na figura a seguir:

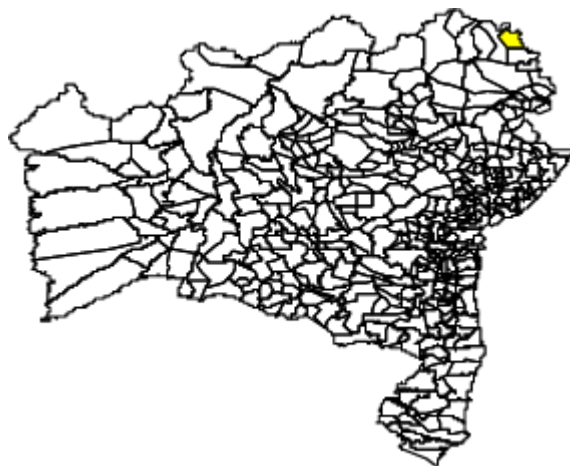


Figura 6 - DESTAQUE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA - BAHIA.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

GEOMORFOLOGIA

A área em estudo apresenta uma compartimentação geomorfológica composta predominantemente pela Depressão Sertaneja do Rio São Francisco e pela Bacia do Tucano, caracterizadas por extensas superfícies de pediplanação e elevações residuais.

As superfícies aplainadas predominantes apresentam relevo plano a suavemente ondulado, com altitudes variando entre 250 e 300 metros. Inseridas nesse contexto, destacam-se formações residuais constituídas por elevações com topografia mais acidentada, apresentando relevo fortemente ondulado a montanhoso, com altitudes que oscilam entre 360 e 510 metros. Essas feições ocorrem principalmente nas porções sul e oeste do território municipal.

As chapadas, por sua vez, estão associadas às áreas sedimentares da Bacia do Tucano, compostas por materiais de recobrimento residuais. Nessas regiões, o relevo é predominantemente plano a suavemente ondulado, com vales abertos e, em sua maioria, secos. Em determinadas áreas, especialmente nas bordas das chapadas, o relevo torna-se mais movimentado, variando de suavemente ondulado a ondulado.

Os vales aluvionares ocorrem em faixas estreitas ao longo dos cursos d'água naturais e são compostos por sedimentos mais argilosos, tanto de origem sedimentar quanto cristalina. Nesses trechos, o relevo se apresenta plano a suavemente ondulado, configurando áreas de menor declividade e maior potencial de retenção hídrica.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

PEDOLOGIA

No município de Glória, local de implantação da UBSI, a paisagem é composta por uma diversidade de classes de solos. Predominam os Neossolos Quartzarênicos, que ocorrem em áreas extensas. Em menor proporção, são encontrados Luvisolos, Planossolos, Argissolos (Vermelho-Amarelos e Vermelhos), Cambissolos e Neossolos Litólicos. Em áreas mais restritas, ocorrem ainda Neossolos Regolíticos e Neossolos Flúvicos.

Os Neossolos Quartzarênicos, apesar de apresentarem grande profundidade, possuem baixa capacidade de armazenamento de água (CAD), o que limita seu uso agrícola. Por outro lado, os Cambissolos, Argissolos e Luvisolos destacam-se por sua alta CAD, sendo considerados os solos mais férteis e aptos para uso agrícola no município.

A associação entre Planossolos e Neossolos Litólicos corresponde a solos geralmente rasos a pouco profundos, com capacidade média de retenção hídrica, mas alta suscetibilidade à erosão, especialmente em áreas de relevo mais movimentado. De modo geral, todos os tipos de solo presentes na região apresentam baixo teor de matéria orgânica, o que reduz a fertilidade natural.

Cabe destacar que as condições climáticas locais, como baixa pluviosidade, distribuição irregular das chuvas e alta evapotranspiração potencial, favorecem a formação de solos afetados por sais, especialmente entre os Planossolos e Neossolos Flúvicos, que podem apresentar características salinas ou sódicas, comprometendo ainda mais o potencial produtivo dessas áreas.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

CLIMA

Segundo a classificação climática de Köppen (Jacomine et al., 1977–1978), o município de Glória, local onde será implantada a UBSI, na Aldeia Brejo do Burgos, apresenta clima predominantemente muito quente e semiárido, do tipo estepe. A estação chuvosa concentra-se nos meses de outono, especialmente entre janeiro e maio.

As precipitações pluviométricas apresentam acentuada irregularidade, tanto em sua distribuição anual quanto mensal (ver Figura 7). Entre os anos de 1918 e 1985, a média anual registrada foi de 413 mm, sendo que cerca de 70% desse total se concentra entre os meses de janeiro e abril, que também apresentam os menores coeficientes de variação (SUDENE, 1990).

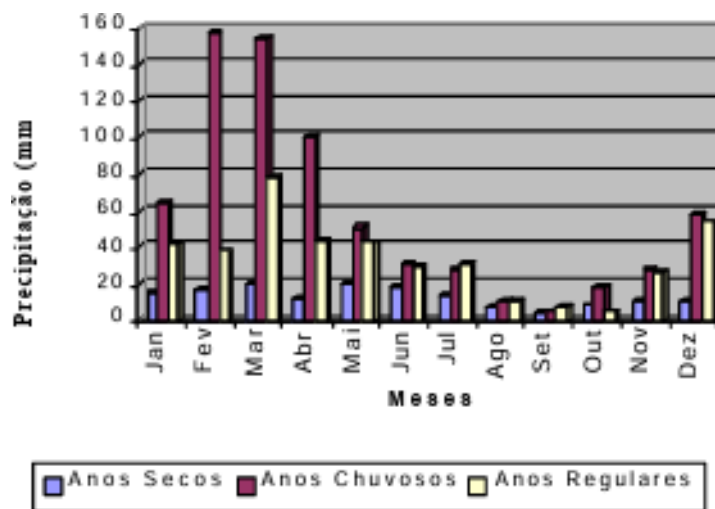


Figura 7 - VALORES MÉDIOS MENSAIS DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA (BA), NO PERÍODO 1912/1999, PARA ANOS SECOS, REGULARES E CHUVOSOS. FONTE: DIAGNÓSTICO AGROAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA - ESTADO DA BAHIA

Devido à ausência de dados meteorológicos específicos para o município de Glória, optou-se pela utilização das informações climáticas registradas na estação meteorológica mais próxima, localizada no município de Paulo Afonso – BA. Essa escolha se justifica pela proximidade geográfica entre os dois municípios e pelas semelhanças nas condições climáticas regionais, o que permite uma estimativa confiável dos parâmetros

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

meteorológicos necessários para a análise ambiental da área de implantação da UBSI – Aldeia Brejo do Burgos.

A temperatura média anual da região é de 25,8 °C, com picos de calor no mês mais quente, atingindo 33,9 °C, e mínima de 18,3 °C no mês mais frio. A região também registra altos índices de insolação, variando entre 2.300 e 2.400 horas por ano. Esse elevado nível de radiação solar, combinado com baixa umidade relativa do ar, resulta em uma evapotranspiração potencial bastante elevada, com média anual estimada em 2.050 mm.

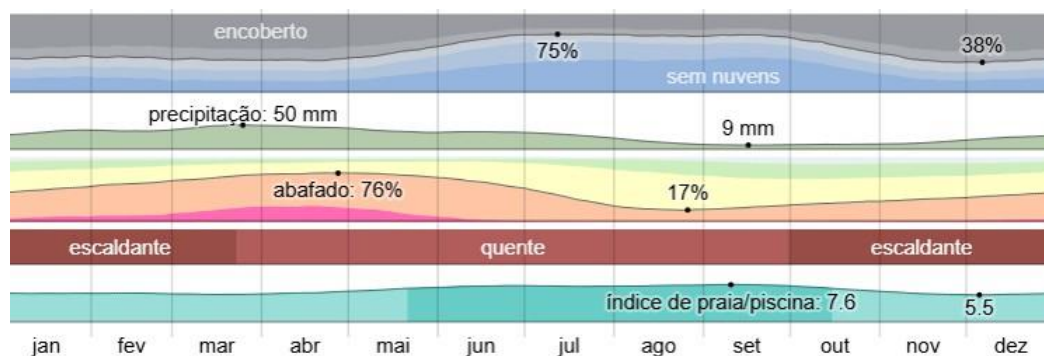


Figura 8 - CLIMA EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.

A estação mais quente dura cerca de 5,4 meses, entre 3 de outubro e 14 de março, quando a temperatura máxima média diária supera os 35 °C. Dezembro é o mês mais quente do ano, com médias de 36 °C durante o dia e 22 °C à noite.

Já a estação mais amena se estende por aproximadamente 2,3 meses, de 6 de junho a 16 de agosto, período em que a temperatura máxima média diária fica abaixo dos 31 °C. Julho é o mês mais frio, com temperaturas médias que variam entre 19 °C e 30 °C.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

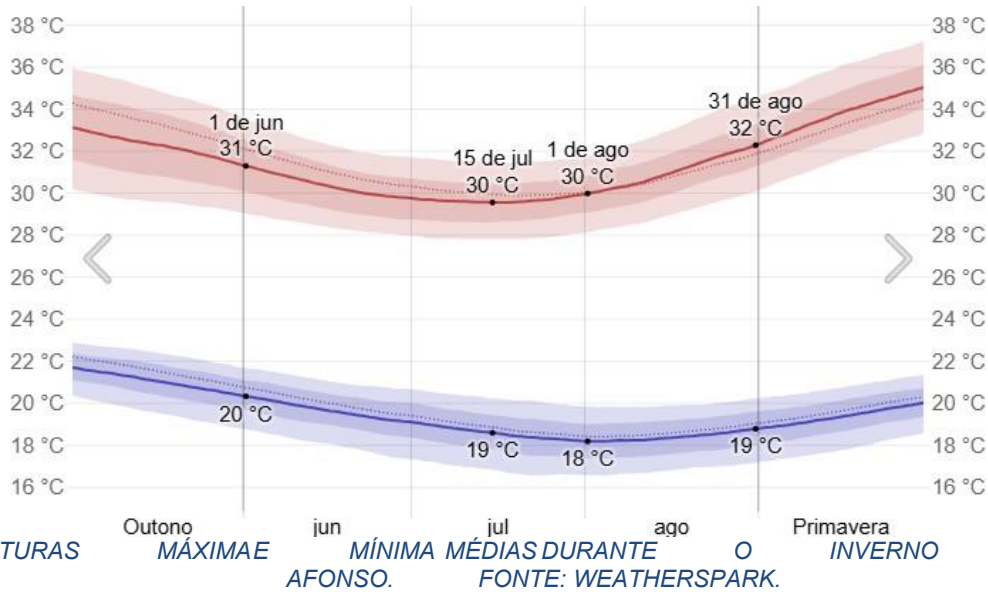


Figura 9 - TEMPERATURAS MÁXIMAE MÍNIMAS MÉDIAS DURANTE O INVERNO EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.

A probabilidade de um dia com precipitação no inverno decresce vertiginosamente, começando a estação com 24% e terminando com 9%. Como referência, a maior probabilidade no ano de um dia com precipitação é de 27% em 17 de março e a menor probabilidade é de 5% em 31 de outubro.

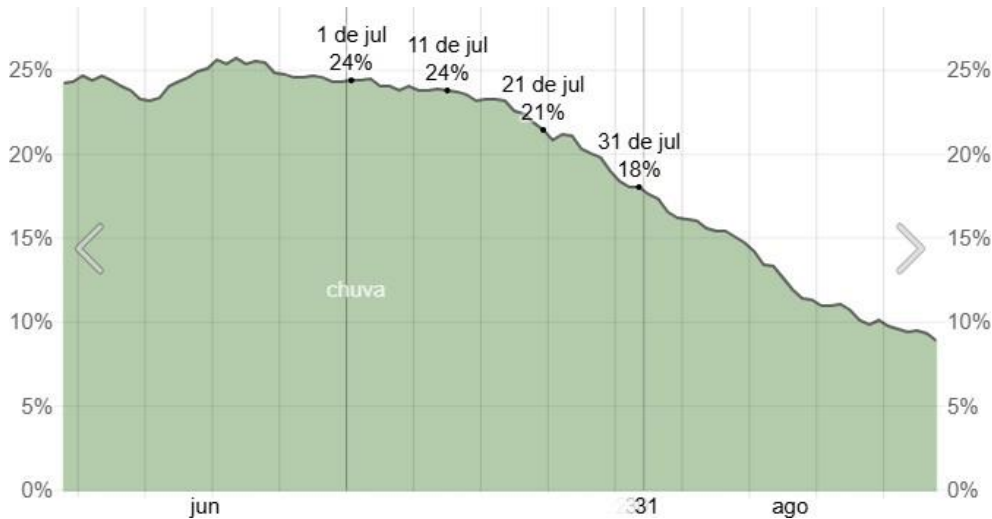


Figura 10 - PROBABILIDADE DE PRECIPITAÇÃO JULHO EM PAULO AFONSO. FONTE: WEATHERSPARK.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

BACIA HIDROGRÁFICA

O município de Glória, onde está localizada a área de intervenção, pertence à Bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Essa bacia hidrográfica abrange seis estados brasileiros, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, totalizando uma área de aproximadamente 645.067 km².

No estado da Bahia, a Bacia do São Francisco está compreendida entre as coordenadas 8°30' a 15°30' de latitude Sul e 38°00' a 46°30' de longitude Oeste, drenando cerca de 304.421 km². Sua abrangência inclui 123 municípios, distribuídos por diferentes zonas fisiográficas nas regiões oeste, norte e nordeste do estado.

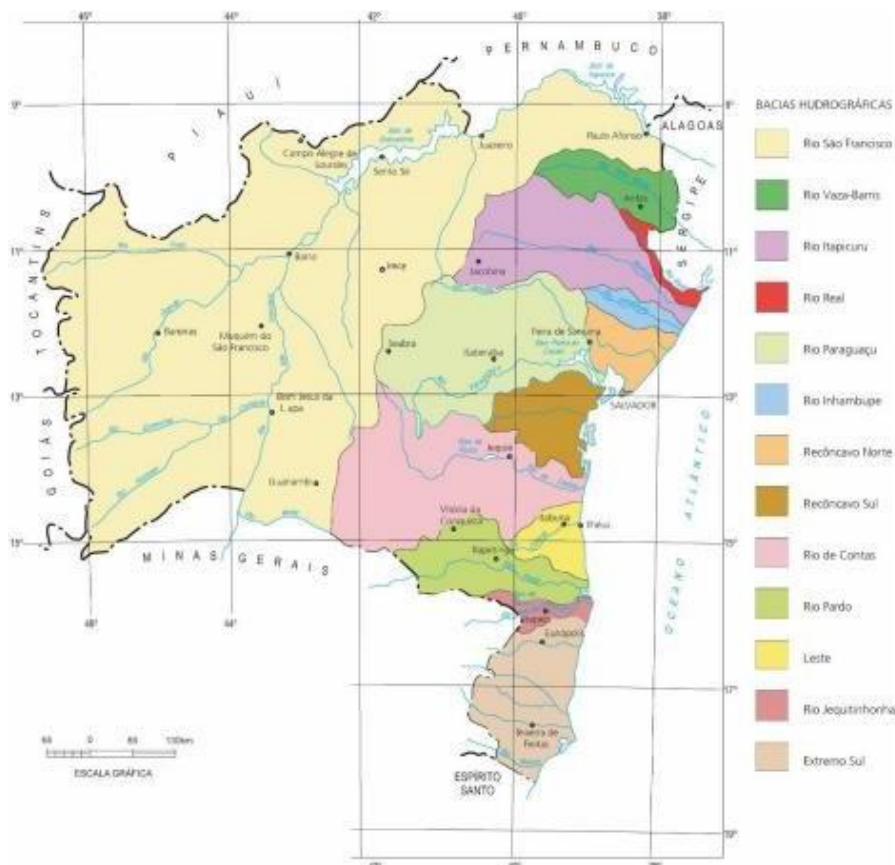


FIGURA 11: BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DA BAHIA. FONTE: DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA – GOVERNO DA BAHIA, 2002.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

A área destinada à implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), no município de Glória, não apresenta corpos hídricos em suas proximidades. Durante a análise local, não foram identificados rios, córregos, nascentes ou qualquer outro tipo de recurso hídrico superficial nas adjacências do terreno selecionado.

Essa ausência contribui significativamente para a redução de riscos ambientais associados ao uso e à possível contaminação da água, bem como a ocorrência de processos erosivos e assoreamento. Nesse contexto, a condição ambiental do terreno favorece o planejamento e a execução da obra, diminuindo a necessidade de adoção de medidas adicionais voltadas à proteção e à preservação de recursos hídricos.

BIOMA

O município de Glória está inserido na ecorregião denominada "Caatinga", uma das principais do Nordeste brasileiro, que ocupa uma área de aproximadamente 570.000 km². Esse ecossistema representa cerca de 37% da área total da região Nordeste e 6,7% do território nacional. No Estado da Bahia, aproximadamente 45% do território está incluído na zona do semiárido, abrangendo cerca de 347.147 km², distribuídos entre 248 municípios e com uma população superior a 6 milhões de habitantes (QUEIROZ, 1999). Esses dados evidenciam a relevância do conhecimento e do manejo adequado da ecorregião para a sua conservação.

A Caatinga cobre quase toda a extensão dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, o sudeste do Piauí e grande parte da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do interior da Bahia, especialmente nas regiões nordeste, norte e centro-oeste do estado. A distribuição desse ecossistema está intimamente relacionada às condições climáticas, destacando-se a longa estação seca, que pode durar mais de cinco meses por ano.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

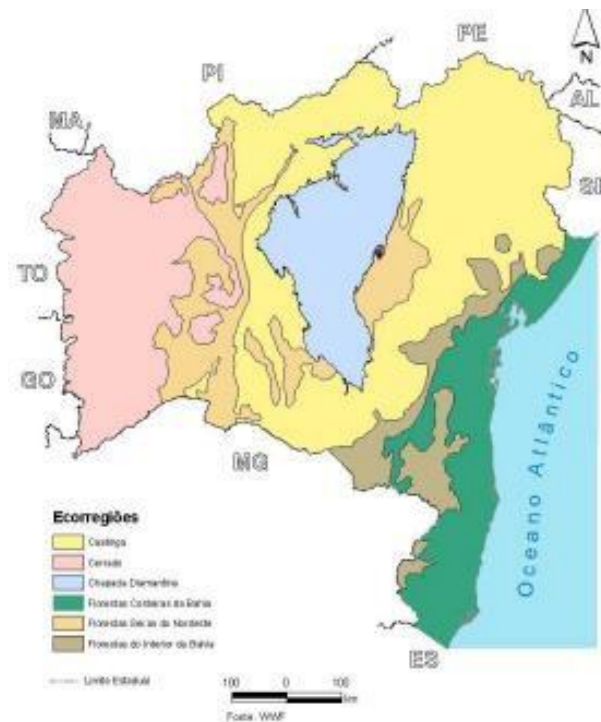


FIGURA 12: ECORREGIÕES DO ESTADO DA BAHIA. FONTE: PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA – GOVERNO DA BAHIA, 2002.

FAUNA

Apesar de ser um bioma árido, a Caatinga abriga uma rica biodiversidade, com centenas de espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes — muitas delas endêmicas e adaptadas ao clima seco. Animais como o tatu-bola, a onça-parda e a ararinha-azul estão entre os mais emblemáticos, embora ameaçados de extinção. Os répteis e anfíbios apresentam estratégias únicas de sobrevivência, como a estivação. Invertebrados, especialmente abelhas como a jandaíra, têm papel essencial na polinização. A ação humana, no entanto, tem colocado essa diversidade em risco crescente.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

FLORA

A Caatinga, frequentemente associada a um ambiente exclusivamente árido e espinhoso, revela-se um bioma de notável diversidade paisagística e ecológica. Apesar do clima semiárido, é possível encontrar áreas úmidas conhecidas como brejos, geralmente localizadas em regiões serranas, que apresentam solos férteis e elevada biodiversidade.

A flora da Caatinga é predominantemente composta por espécies xerófitas, adaptadas à escassez hídrica por meio de estruturas como folhas reduzidas, cascas espessas, espinhos e tecidos especializados no armazenamento de água. Estima-se que o bioma abrigue cerca de mil espécies vegetais, das quais 318 são endêmicas. Destacam-se cactáceas como o mandacaru e o xique-xique, além de leguminosas como a jurema e o anjico. Árvores como o umbuzeiro e a barriguda desempenham papel fundamental na retenção de água e na oferta de recursos alimentares.

Os frutos nativos da Caatinga, como o umbu, o caju e o licuri, são fontes relevantes de nutrientes e possuem ampla aplicação na alimentação humana e animal, bem como na medicina popular. Espécies como o mandacaru e o umbuzeiro também possuem forte valor simbólico e cultural, sendo amplamente referenciadas na música, na literatura e na toponímia regional.

SOCIOECONÔMICO

Em 2024, segundo dados demográficos, conforme a Relação das Unidades Básicas de Saúde Indígena – Dados Populacionais (PROSUS II), a aldeia Brejo do Burgo, da etnia Pankararé, contava com 1.109 habitantes.

No que se refere às atividades produtivas, os Pankararé da Aldeia Brejo do Burgo destacam a prática agrícola voltada principalmente para a subsistência, com o cultivo de macaxeira,

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

jerimum, feijão, milho e caju (do qual se extrai a castanha). Além da agricultura, desenvolvem atividades agropecuárias em pequena escala, como a criação de caprinos e aves.

Apesar dessas práticas, a principal fonte de renda da comunidade provém de trabalhos realizados fora da aldeia e do acesso a programas de assistência social, como o Programa Bolsa Família e benefícios previdenciários, como aposentadorias.

A localização remota da aldeia impõe sérias dificuldades ao escoamento da produção agrícola, extrativista e artesanal, o que limita a geração de renda. De acordo com os próprios indígenas, a produção agrícola é majoritariamente voltada para o autoconsumo, com exceção da castanha de caju, que representa uma das poucas culturas comercializadas em maior escala pela comunidade.

A produção artesanal, por sua vez, é direcionada principalmente aos rituais e celebrações tradicionais, estando a produção voltada à comercialização ainda em processo de estruturação. No campo do extrativismo, os Pankararé coletam diversos frutos, cascas e raízes da região. Dentre eles, destaca-se o coco licuri (*Syagrus coronata*), amplamente utilizado pela comunidade para a extração do leite da castanha, ingrediente comum na alimentação local. A coleta do licuri é feita de forma sustentável, considerando que seus frutos também são essenciais à dieta da Arara-azul-de-lear, espécie nativa da região.

ETNIA PANKARARÉ

Os Pankararés ocupam dois territórios demarcados em momentos distintos: a Terra Indígena Brejo do Burgo, com cerca de 18 mil hectares e a Terra Indígena Pankararé, com aproximadamente 29,6 mil hectares. Aldeias desta etnia, Pankararé, estão localizadas no norte da Bahia, nas proximidades da cidade de Paulo Afonso – BA. Historicamente, seu território situava-se às margens do rio São Francisco, mas, com o avanço colonial, os Pankararé foram forçados a migrar devido a violências contra seu

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

povo e posteriormente pela pressão de pecuaristas que os expulsaram da região.

Segundo dados reunidos por Silva (2011), no final do século XVII foram criados alguns aldeamentos jesuíticos ao longo do rio São Francisco, próximos à cachoeira de Paulo Afonso. Já no século XVIII, com a expulsão dos jesuítas do Brasil e o fim das missões religiosas, a região foi tomada por pecuaristas, o que levou os Pankararé a se refugiarem em áreas mais altas e de difícil acesso, dominadas pela Caatinga e afastadas do Velho Chico. Esses brejos e serras, que antes serviam como rotas de circulação do povo Pankararé, passaram a ser ocupados de maneira mais permanente, como estratégia de resistência e sobrevivência. No século XIX, após essa migração forçada, os Pankararé consolidaram-se como um grupo distinto e se fixaram na região conhecida como Brejo do Burgo, do lado baiano do rio, a cerca de 24 km a sudeste do antigo Curral dos Bois.

Na cosmovisão Pankararé, conforme Silva (2011, p. 58), a descoberta da Fonte Grande por seu ancestral Bugre é um marco que explica a atual localização da comunidade e a denominação Brejo do Burgo, feita em homenagem a esse antepassado. Com o passar do tempo, famílias não indígenas vindas de regiões vizinhas — como as serras de Pernambuco, Curral dos Bois, Paraíba e Alagoas — passaram a se estabelecer na área, atraídas pelas condições mínimas de sobrevivência oferecidas pelo local. Assim, surgiram povoados como Olho D'água, Juá, Pedra D'água e Retiro dos Padres.

Após anos de luta e mobilização, os Pankararé conseguiram a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Embora estabelecidos, o reconhecimento legal de seus direitos territoriais foi um processo árduo, marcado por assassinatos de lideranças, ameaças, conflitos internos e lentidão burocrática. A demarcação oficial dos cerca de 48 mil hectares só foi concluída entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 2000. Com a consolidação territorial, os Pankararé voltaram seus esforços para o fortalecimento de sua cultura e o resgate de práticas rituais, ao mesmo tempo em que buscavam retirar os ocupantes não indígenas de suas terras.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



A demarcação garantiu maior segurança para suas manifestações culturais. Atualmente, entre outras celebrações e tradições, destacam-se rituais importantes: o Toré e o Praiá, ambos influenciados principalmente pelo contato com os Pankararu, e a Ciência do Amaro, fortemente vinculada às dinâmicas de gênero dentro da comunidade. Fonte: Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II/Análise Sociocultural (ASC) e Plano de Povos Indígenas (PPI)- Povo Indígena Pankararé.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

8. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Com base nessa legislação, as obras de implantação do **UBSI** deverão atender a todas as exigências legais e ambientais, incluindo a obtenção das autorizações ambientais necessárias e a observância das normas vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal. Além disso, deverão seguir também as diretrizes das políticas socioambientais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os procedimentos corporativos que determinam o monitoramento e o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

8.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL

MEIO AMBIENTE

- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei nº 9.985, de 18/07/2000 e pela MP 2.163-41, de 23/08/2001), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Instrução Normativa IBAMA nº 154, de 1 de março de 2007, que institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e dispõe sobre licenças, coleta e captura de espécies da fauna e flora e acesso ao patrimônio genético.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

FAUNA

- Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 (alterada pelas Leis nº 7.584/87, nº 7.653/88, nº 97.633/89 e nº 9.111/95), que instituiu o Código de Proteção à Fauna.

RECURSOS HÍDRICOS

- Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que estabelece o Código de Águas;
- Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433/1997;
- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em Águas Brasileiras;
- Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, que dispõe sobre a outorga de recursos hídricos;
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que define a classificação dos corpos de água e suas diretrizes ambientais, bem como as definições das condições e padrões de descarga de efluentes;
- Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

EMISSÃO DE RUÍDOS

- Norma Brasileira ABNT NBR 10151/2000, que trata da avaliação de ruídos em

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

áreas habitadas visando o conforto da comunidade.

QUALIDADE DO AR

- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR;
- ABNT NBR 6016 - Especifica o método de avaliação do teor de fuligem no gás de escapamento de motor alternativo de combustão interna ACI, ciclo Diesel, de injeção direta ou indireta, com ou sem superalimentação e em qualquer condição usual de trabalho, utilizando a escala de Ringelmann reduzida.

SANEAMENTO BÁSICO

- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece normas ao transporte de produtos perigosos que circulem próximos a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais e do ambiente natural;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais;
- Norma Brasileira ABNT NBR 10004/2004, que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente;
- Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;

- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos;
- Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

QUALIDADE DO SOLO E DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

- Resolução CONAMA nº 420, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

QUALIDADE DA ÁGUA

- Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em águas brasileiras;
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes; e,
- Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, que complementa e altera a Resolução nº 357/2005. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

MEIO SOCIOCULTURAL

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

- Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal;
- Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que compatibiliza os estudos preventivos de arqueologia com as fases de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, bem como define os procedimentos a serem adotadas em cada uma das fases do licenciamento ambiental;

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- Lei nº 6.514, de 21 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
- Portaria MTB nº 3.214, 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes para o uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).
- Portaria Interministerial nº 60/2015 – que define os procedimentos para a atuação da FUNAI nos processos de licenciamento.

8.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

MEIO AMBIENTE

- Lei nº 11.612, de 04 de março de 2013, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- Lei nº 12.056, de 17 de janeiro de 2011, que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências;
- Lei nº 12.035 de 23 de novembro de 2010, que altera dispositivos da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências;
- Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências;
- Lei nº 7.307, de 23 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a ligação de efluentes à rede pública de esgotamento sanitário e dá outras providências;

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Especial atenção deverá ser dada às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, com destaque à:

- NR-04: Norma Regulamentadora 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina Do Trabalho;
- NR-05: Norma Regulamentadora 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- CIPA;
- NR-06: Norma Regulamentadora 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- NR-07: Norma Regulamentadora 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- NR-09: Norma Regulamentadora 9 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos;
- NR-10: Norma Regulamentadora 10 - Segurança Em Instalações E Serviços Em Eletricidade;
- NR-11: Norma Regulamentadora 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR-12: Norma Regulamentadora 12 -Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-15: Norma Regulamentadora 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- NR-18: Norma Regulamentadora 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-21: Norma Regulamentadora 21 - Trabalhos a Céu Aberto;
- NR-26: Norma Regulamentadora 26 - Sinalização De Segurança.

8.3. PADRÕES DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL (BID)

- **PADRÃO 1 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL:** Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais
- **PADRÃO 2 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL:** Mão de Obra e Condições de Trabalho
- **PADRÃO 3 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL:** Eficiência de Recursos e prevenção de Poluição
- **PADRÃO 4 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL:** Saúde e Segurança da Comunidade
- **PADRÃO 5 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL:** Aquisição de Terra e

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



Reassentamento Involuntário

- PADRÃO 6 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
- PADRÃO 7 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL: Povos Indígenas
- PADRÃO 8 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL: Patrimônio Cultural
- PADRÃO 9 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL: Igualdade de gêneros
- PADRÃO 10 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

As especificações de controle ambiental, contidas neste documento, estabelecem um conjunto de boas práticas de engenharia a serem adotadas na execução dos serviços e atividades para as obras de implantação da UBSI, abrangendo os meios: físico (solo, ar e água), biótico (flora e fauna) e socioeconômico (população de entorno, servidores e usuários), visando à prevenção e redução dos impactos sociais e ambientais negativos e atendimento à legislação. Para o empreendimento em questão as atividades estão agrupadas de acordo com os seguintes temas:

- Proteção à flora e áreas de preservação permanente (APP);
- Preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural;
- Proteção ao patrimônio paleontológico;
- Proteção a animais silvestres, sítios de reprodução, nidificação e recantos de fauna;
- Proteção aos recursos hídricos;
- Controle de processos erosivos;
- Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- Controle da poluição sonora;
- Controle das emissões atmosféricas;
- Gerenciamento de produtos perigosos;
- Sinalização e segurança de obra.

Além de especificações de controle ambiental para as temáticas supracitadas, são apresentados controles ambientais mais específicos, dentre eles:

- Áreas de Apoio;
 - Canteiro de obras e equipamentos em geral;
 - Implantação de caminhos de serviços, estradas de acesso e trilhas;
 - Bota-fora;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- Exploração de jazidas e caixas de empréstimos;
 - Serviços de limpeza;
 - Serviços de terraplenagem;
 - Serviços de implantação de sistemas de drenagem, obras de arte e obras complementares;
 - Programa de segurança e saúde ocupacional do trabalhador durante a construção;
 - Programa de Capacitação Ambiental da Mão de Obra Contratada;
 - Programa de Comunicação Social.

9.1. PROTEÇÃO À FLORA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

Na poligonal de implantação da UBSI, não serão necessárias atividades de supressão de vegetação, uma vez que a área já se encontra desprovida de cobertura vegetal, composta por terra batida, por ter sido anteriormente utilizada como campo de futebol.



Figura 11 - FOTO DA AREA.

9.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL

O Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural garante a preservação da memória e da cultura de um povo, e lhe confere identidade e alteridade. Diante disso, durante a execução

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

das obras, é importante que os cuidados necessários a essas áreas sejam ressaltados constantemente, de forma a prevenir quaisquer incidentes em áreas de preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Assim, deve-se:

- I. Na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, as atividades devem ser paralisadas, a área isolada e deve ser realizada comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme previsto no art. 18 da Lei Federal nº 3.924/1961;
- II. Na hipótese descrita anteriormente, não se deve tocar ou retirar do local qualquer elemento que possa ser considerado de interesse arqueológico ou pré-histórico, apenas um arqueólogo tem autorização legal para realizar tal procedimento;
- III. Em áreas onde houver elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, o andamento da obra deverá ser acompanhado por um arqueólogo ou outro profissional habilitado.

9.3 PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO

Os fósseis e depósitos fossilíferos são considerados bens públicos, pertencentes à Nação desde a publicação do Decreto-Lei nº 4.146/1942. Estes permaneceram integrados ao patrimônio da União após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Art. 20, I).

O Decreto Federal nº 72.312/1973 considera como Bens Culturais os fósseis e depósitos fossilíferos. Desta forma, a realização de intervenções sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida pode ser enquadrada nos Art. 63 e 64 da Lei nº 9.605 de 12/02/1998, que prevê sanções para crimes ambientais. O órgão federal que regula e realiza a gestão deste patrimônio é a Agência Nacional de Mineração, antigo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. Assim, durante as obras os

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

seguintes cuidados devem ser adotados:

- I. Na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento, as atividades devem ser paralisadas, a área isolada e deve ser realizada comunicação imediata ao SUCOP, ao INEMA e ao IBAMA;
- II. Na hipótese descrita anteriormente, não se deve tocar ou retirar do local qualquer elemento que possa ser considerado de interesse, apenas um paleontólogo habilitado tem autorização legal para realizar tal procedimento;
- III. Em áreas onde houver elementos de interesse paleontológico, o andamento da obra deverá ser acompanhado por profissional habilitado.

9.4 PROTEÇÃO A ANIMAIS SILVESTRES

De acordo com a Lei Federal nº 5.197/1967, Lei de Proteção à Fauna, “os animais de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.

A área de intervenção, em razão do processo de antropização já existente no local, não demandará a obtenção de licença específica para o manejo da fauna. No entanto, caso seja identificada a presença de animais silvestres no local, é fundamental adotar as medidas adequadas para garantir sua segurança e bem-estar, bem como a preservação do meio ambiente.

Em hipótese alguma deve-se tentar capturá-los ou manipulá-los sem a devida autorização e capacitação técnica, pois isso pode representar riscos tanto para os animais quanto para as pessoas envolvidas. A intervenção inadequada pode causar estresse, ferimentos ou até a morte dos espécimes, além de configurar infração ambiental passível de penalidades.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Portanto, é imprescindível seguir as orientações dos órgãos competentes para assegurar que eventuais resgates sejam realizados de maneira ética e segura, respeitando a legislação ambiental vigente.

9.5 PROTEÇÃO AOS RECURSOS HÍDRICOS

As atividades de implantação da USBI não causarão interferência direta nos corpos hídricos, pois a área delimitada para a obra está situada a uma distância segura desses recursos. No entanto, é fundamental adotar medidas de precaução quanto à possível contaminação do lençol freático local, especialmente em casos de infiltração de substâncias perigosas ou de efluentes sanitários gerados durante a execução da obra. Assim, é necessário ajustar as atividades para minimizar ou mitigar eventuais impactos sobre os cursos d'água.

A proteção de recursos hídricos visa assegurar que o empreendimento não altere a qualidade da água superficial e subterrânea encontrada antes das obras e, para tanto, devem ser adotadas as seguintes medidas de controle:

- I. Informar a todos os colaboradores da obra os locais onde devem ser descartados os efluentes e os resíduos sólidos, ressaltando que não é permitido o descarte nos corpos d'água ou em sua margem, apenas nos locais previamente definidos;
- II. Garantir que máquinas, veículos e equipamentos utilizados estejam com a manutenção preventiva em dia, a fim de evitar vazamentos de combustíveis ou lubrificantes que possam contaminar solo e o lençol freático.
- III. Adotar procedimentos para prevenção de contaminação por produtos perigosos;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- IV. Durante a execução das diversas etapas de concretagem, envolvendo o preparo e lançamento de concreto, deverão ser tomados os devidos cuidados para que os resíduos sólidos e líquidos não sejam descartados em áreas que são serão concretadas, evitando a contaminação do solo por nata de concreto e a percolação deste material para o lençol freático;
- V. Deve-se, sempre que necessário, proteger o material transportado por caminhões com lonas para evitar a dispersão e consequente contaminação da atmosfera e recursos hídricos, além de incômodos aos operários e população lindeira;
- VI. Implantação de sistema de contenção e armazenamento adequado para resíduos líquidos e sólidos;
- VII. Utilização de bacias de contenção para produtos perigosos e áreas de lavagem de equipamentos impermeabilizadas;
- VIII. Adoção de sanitários químicos ou sistemas temporários de tratamento de esgoto;
- IX. Treinamento da equipe de obra quanto ao manuseio seguro de materiais e resposta a emergências ambientais.

Essas medidas contribuirão para a proteção dos recursos hídricos durante todas as fases do empreendimento.

9.6 CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS

Processos erosivos podem comprometer a integridade da área de intervenção, mesmo em terrenos planos, como é o caso da área de implantação da USBI. A realização de serviços como limpeza e/ou terraplenagem, sem a devida implantação de um sistema eficiente de

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

drenagem superficial, ou com sistemas inadequados, expõe os horizontes do solo mais vulneráveis à erosão. Isso pode modificar a geometria natural do terreno e concentrar o escoamento superficial, favorecendo o surgimento de processos erosivos como erosão laminar, formação de sulcos, ravinas e até voçorocas.

Para um controle ambiental eficiente dos processos erosivos e assoreamentos, é importante que sejam considerados:

- I. Redução ao mínimo necessário as áreas com solo em exposição e, quando necessário, prever medidas de proteção do solo exposto e retenção de sedimentos;
- II. Sempre que não conformidades forem identificadas nas obras de drenagem e de proteção superficial, devem ser avaliados os serviços executados com relação às especificações de projeto e providenciadas às correções ou modificações;
- III. Deve-se implantar a proteção superficial dos taludes de corte e aterro com revestimento vegetal, assim que atingirem sua configuração final, se for o caso;
- IV. Programar, sempre que possível, o início das frentes de limpeza, de supressão da vegetação e de terraplenagem fora dos períodos chuvosos se for o caso;
- V. Executar os programas de educação ambiental relacionados a prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos.

9.7 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

O gerenciamento de resíduos será um aspecto essencial na execução da obra de

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

implantação da UBSI- Aldeia do Burgo, sendo crucial para minimizar os impactos ambientais e sociais associados à construção. A adoção de práticas eficazes na gestão de resíduos não apenas mitiga os riscos de degradação ambiental, mas também fortalece a sustentabilidade do projeto, assegurando a responsabilidade socioambiental.

Além de evitar a contaminação ambiental, um gerenciamento eficiente de resíduos contribui diretamente para a conservação dos recursos hídricos, fator essencial para o sucesso e a sustentabilidade da obra. A construção estará sujeita a uma série de regulamentações ambientais, incluindo normas específicas para a gestão de resíduos. O cumprimento dessas exigências não apenas previne penalidades, como multas e sanções, mas também reforça o compromisso com a responsabilidade ambiental e a conformidade legal.

Outro benefício significativo para um planejamento adequado é a economia de recursos e a redução de custos operacionais, especialmente em relação ao transporte e à disposição final dos materiais. A reutilização e a reciclagem de resíduos podem agregar valor ao projeto, diminuindo a necessidade de aquisição de novos insumos. Além disso, uma gestão eficiente contribui para a otimização dos prazos e do orçamento, garantindo maior controle sobre o cronograma da obra.

A elaboração e a implementação rigorosa do PGRCC é fundamental para assegurar que todas as etapas do projeto sejam conduzidas de maneira ambientalmente responsável e alinhadas às diretrizes legais e sustentáveis, atendendo as premissas a seguir:

- I. Apresentação do PGRCC para todos os funcionários da obra, atendendo também ao Programa de Educação Ambiental (PEA) para funcionários;
- II. Priorização de reuso de resíduos, quando couber;
- III. Em caso de doação de materiais, deverá ser preenchido e assinado o Termo de Doação correspondente ao tipo de material, assinado em duas vias e com cópia do documento do recebedor;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- IV. Para o gerenciamento dos resíduos gerados nos canteiros e frentes de obra deverão ser cumpridos os procedimentos apresentados a seguir, em atendimento à Resolução CONAMA nº 307/2002 e à Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- V. O transporte e a destinação dos resíduos deverão ser realizada por uma empresa devidamente licenciada para esse fim. O profissional responsável pela área ambiental deverá monitorar mensalmente, se a empresa terceirizada contratada está assegurando a disposição adequada dos resíduos.
- VI. Todo o gerenciamento dos resíduos, desde a geração até sua destinação final, deverá ser documentado e respaldado por licenças ambientais, incluindo a emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR por meio da plataforma do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos- SINIR e a obtenção mensal do Certificado de Destinação Final – CDF, se houver geração de resíduos.

9.8 CONTROLE DA POLUIÇÃO SONORA E VIBRAÇÕES

A poluição sonora é um dos impactos significativos gerados em obras, decorrente das operações de equipamentos pesados, movimentação de caminhões, uso de máquinas elétricas, entre outros fatores, que resultam em um aumento considerável nos níveis de ruído na área em relação às condições anteriores. Esses ruídos podem causar distúrbios para a população lindeira, afetando seu bem-estar e qualidade de vida.

Diante disso, torna-se imprescindível adotar medidas que reduzam ao máximo os ruídos provenientes das atividades de operação de máquinas e equipamentos durante as obras. As ações de controle propostas a seguir visam mitigar esses impactos sonoros de forma eficaz e promover a convivência harmônica com o entorno.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



- I. Realizar o monitoramento do nível de ruído durante as etapas de fundação, considerando que essa fase é a que gera maior intensidade sonora ao longo da obra, conforme a ABNT NBR 10151:2000. Devem ser selecionados pontos de monitoramento dentro da obra, nos limites da obra e nas áreas do entorno. Caso os valores encontrados não estejam atendendo ao preconizado na citada norma, deve-se avaliar medidas de controle para reduzir a emissão de ruídos da obra;

- II. São meios de controle que devem ser implantados a partir do início das obras:
 - a. Próximo a áreas habitadas, deve-se evitar a operação de máquinas e equipamentos entre às 20h00 e 08h00;
 - b. Realizar a manutenção periódica dos equipamentos em dia, de forma que emitam o mínimo de ruído e vibrações possíveis;

- III. Os responsáveis pela obra devem desenvolver mecanismos para registros de comunicações, sugestões e reclamações para a comunidade do entorno. Estes mecanismos devem ser divulgados à todas as pessoas da obra bem como às comunidades vizinhas. Além disso, para as reclamações seguirão o fluxo contido no Plano de Gestão Social e Gestão de Queixas do empreendimento;

- IV. Quando houver reclamação, deve-se avaliar o local por meio de monitoramento conforme prevê a ABNT NBR 10151:2000. Caso a reclamação seja comprovada, devem ser implantadas medidas de controle de ruídos eficazes adicionais;

- V. Os operadores de maquinários devem, obrigatoriamente, utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para reduzir os impactos da poluição sonora gerada durante a operação.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

9.9 CONTROLE DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Durante a implantação do empreendimento a movimentação de máquinas, equipamentos e caminhões contribuem para o aumento gradual da emissão de poluentes resultantes da queima de combustíveis e da dispersão de poeira proveniente do solo. Para mitigar esses impactos, as medidas descritas a seguir têm como objetivo garantir a manutenção da qualidade do ar nas áreas sob influência direta das obras, abrangendo tanto os trechos em execução e do canteiro de obras.

- I. Para os segmentos de obras ainda sem pavimento deverá ser realizada a aspersão de água periodicamente para reduzir a emissão de material particulado;
- II. Deve-se cobrir o material na caçamba dos caminhões com lonas a fim de evitar a dispersão de material;
- III. Dotar as baias de estocagem de agregado fino de proteções laterais e cobertura, para evitar dispersão das emissões fugitivas durante a operação de carregamento, sempre adquirir material em jazidas devidamente licenciadas;
- IV. Manter em boas condições de operação todos os equipamentos de processo e de controle;
- V. Realizar as manutenções periódicas das condições mecânicas das máquinas, equipamentos e veículos das obras;
- VI. Monitorar a fumaça de veículos e equipamentos, quando houver, por meio da Escala de Ringelmann e, quando a coloração da fumaça estiver acima de 40% providências deverão ser tomadas (regulagem do motor, substituição do equipamento, paralisação da atividade etc.) para a melhoria da qualidade das emissões.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

9.10 GERENCIAMENTO DE PRODUTOS PERIGOSOS

A gestão de produtos perigosos nas obras deve ser cuidadosamente avaliada para identificar e mitigar os riscos associados a vazamentos ou derramamentos que possam ocorrer durante atividades como a manutenção de equipamentos, o abastecimento de máquinas e caminhões, e o manuseio de resíduos sólidos e/ou efluentes perigosos gerados durante a execução do projeto. Essa avaliação é essencial devido à responsabilidade do empreendedor em garantir o controle ambiental da obra conforme as normativas ambientais aplicáveis.

Nesse contexto, o controle ambiental desempenha um papel fundamental, atuando como medida preventiva para evitar ou minimizar os impactos negativos decorrentes de eventuais acidentes que possam causar contaminação do solo e dos cursos d'água. A implementação de boas práticas de gestão de produtos perigosos é essencial para proteger os recursos naturais e mitigar os riscos ambientais associados.

Para assegurar uma gestão eficiente desses produtos e estabelecer protocolos eficazes para a resposta a possíveis acidentes, devem ser adotadas as seguintes medidas e metas, descritas a seguir:

- I. O acondicionamento dos produtos químicos ou produtos perigosos devem ter acesso controlado. Os produtos devem ser acondicionados sob bacias de contenção para evitar a contaminação do solo e do lençol freático, em caso de vazamentos. As áreas também devem ser providas de kits de emergência ambiental, equipamentos de combate a incêndio, FISPQ – Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – de todos os produtos armazenados no local, assim como controle de quantidades, identificação de todos os produtos;

- II. A lavagem de veículos, máquinas e equipamentos deverá ser realizada em

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

áreas dotadas de piso impermeável;

- III. Deve ser elaborado um Plano de Atendimento a Emergências – PAE e suas informações divulgadas a todos os trabalhadores da obra. Neste Plano, que deve ser mantido atualizado, estarão às informações necessárias para as equipes saberem como agir em situações de vazamentos de produtos perigosos, sejam eles, combustíveis, lubrificantes, produtos químicos, entre outros; assim como, os telefones dos órgãos de atendimento à emergência que deverão ser acionados;
- IV. Os colaboradores devem receber treinamentos periodicamente sobre todos os cenários possíveis e com informações sobre atribuições e responsabilidades, sinalização, isolamento, manejo de tráfego, identificação de produtos, descarte apropriado;
- V. Devem ser mantidos operantes todos os equipamentos e suprimentos para emergências que possam ser atendidas por equipe própria;
- VI. As empresas transportadoras de resíduos perigosos também devem possuir um Plano de Atendimento a Emergências e deve ser qualificada e licenciada para transporte deste tipo de material.

9.11 SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA

Este item detalha os procedimentos voltados à segurança dos colaboradores e das comunidades do entorno diretamente envolvidos na execução das obras do empreendimento. A comunicação contínua sobre os eventos relacionados às atividades da obra, aliada à implementação e manutenção de uma sinalização adequada, tem como objetivo principal minimizar os riscos de acidentes durante essa etapa do projeto.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Essas comunicações devem orientar os usuários a fim de minimizar ao máximo os riscos de acidentes. Como orientação geral, a sinalização deve:

- a. Ser colocada sempre de forma a favorecer sua visualização;
- b. Apresentar dimensões e elementos gráficos padronizados;
- c. Apresentar sempre bom estado de conservação.

Para uma correta definição de como a sinalização deve ser implantada, deve se considerar as características da obra que são: a época do ano, a duração dos serviços, as especificidades físicas da obra. No mais, para uma correta sinalização da área de intervenção da obra, devem ser seguidas as seguintes orientações:

- I. A sinalização deve possuir elementos refletivos ou, em pontos críticos, ser iluminada durante à noite;
- II. O estacionamento de veículos e equipamentos deve ocorrer em área previamente delimitada;
- III. Quando as obras ocorrerem em locais próximos ao tráfego de pedestres, é necessário implantar sinalização de advertência específica e o caminho deve ser protegido ou desviado a uma distância segura das obras;
- IV. A sinalização de obras deverá contemplar a indicação de áreas ambientalmente sensíveis, principalmente próximos a cursos d'água;
- V. A equipe encarregada de serviços de apoio à usuários, bem como os operadores de máquinas, devem receber treinamentos periódicos relativos à segurança dos colaboradores e de moradores das comunidades próximos às obras.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

9.12. ATIVIDADES EM ÁREAS DE APOIO

As áreas de apoio englobam diversos espaços essenciais para a execução do empreendimento, como canteiros de obras, jazidas, áreas de empréstimo, bota-foras e caminhos de serviço.

O controle das atividades realizadas nessas áreas é fundamental para garantir o cumprimento dos requisitos legais e minimizar os impactos ambientais negativos associados. Nesse contexto, o controle ambiental dessas atividades tem como principais objetivos:

- a. Evitar acidentes com colaboradores e usuários dos trechos em obras;
- b. Evitar a proliferação de vetores nas áreas de obras;
- c. Garantir a saúde dos colaboradores mantendo a higiene e boas condições dos alojamentos e áreas de vivências;
- d. Recuperar áreas utilizadas como apoio durante a obra, sempre que possível, para seu uso original;
- e. Garantir o cumprimento às condições e restrições constantes nos documentos licenças específicas para essas áreas. Adquirir areia, arenoso e brita em jazidas devidamente licenciadas.

A escolha da localização das áreas de apoio, canteiro de obras, deve considerar não apenas os critérios técnico-econômicos da obra, mas também as condições ambientais do local.

9.13. CANTEIRO DE OBRAS

Para um efetivo controle ambiental do canteiro de obras, deverão ser observadas as seguintes medidas durante as fases de implantação, operação e desativação dessas áreas:

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

- I. A instalação e operação do canteiro de obras deverão observar as condições e restrições dos respectivos documentos licenciatórios se for o caso;
- II. As áreas devem ser convenientemente dimensionadas, de maneira a atender as suas finalidades específicas, mas sob a condição de acarretar a menor degradação possível;
- III. A instalação deve contemplar a implantação de sistema de drenagem específico para cada local e, quando necessário, de sistema de contenção de erosão específico e/ou de estabilização, dentre outros;
- IV. Deverão ser implementados sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário e de coleta e destinação de resíduos sólidos;
- V. Realizar controle da qualidade da água potável fornecida, conforme legislação pertinente da Vigilância Sanitária;
- VI. Implantar sistemas de efluentes eficientes, de forma que, em nenhuma hipótese seja lançado esgoto de qualquer natureza direto no solo;
- VII. No caso de instalação de fossas sépticas nos canteiros de obras, ou pequenas estações de tratamento de esgoto compatíveis com o fluxo da obra, deverão ser verificadas as condições de infiltração do solo a fim de verificar a viabilidade e a tecnologia mais adequada;
- VIII. Nas frentes de obras, áreas de empréstimo e demais locais que não o canteiro de obras, deve-se priorizar o uso de banheiros químicos, na proporção de um sanitário para cada grupo de 20 trabalhadores e devem estar situados em locais de fácil e seguro acesso, não sendo permitido um deslocamento superior a 150 (cento e cinquenta) metros do posto de trabalho aos gabinetes

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

sanitários, conforme preconiza a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho – NR-18, que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

- IX. Nos refeitórios caso se produza alimentos, devem ser providenciados caixas de gordura;
- X. Instalar sistemas de drenagem, bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo, em conformidade com as normas da ABNT, sempre que houver, no canteiro de obras, geração de efluentes provenientes das seguintes atividades: lavagem de veículos, manutenção de máquinas e equipamentos, funcionamento de oficinas, e armazenamento de produtos perigosos como óleos lubrificantes, combustíveis, graxas, entre outros;
- XI. Operar a caixa separadora água-óleo, retirando o material flutuante, óleos e graxas e destinando-o à empresa especializada no tratamento deste tipo de material, arquivando os comprovantes destas movimentações, MTR e Certificados, para inclusão nos relatórios de monitoramento de resíduos gerados;
- XII. Locais onde existam produtos químicos ou produtos perigosos devem ter acesso controlado e ser provido de bacias de contenção para evitar a contaminação do solo e do lençol freático, em caso de vazamentos. As áreas também devem ser providas de kits de emergência ambiental, equipamentos de combate a incêndio, FISPQ – Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – de todos os produtos armazenados no local, assim como controle de quantidades, identificação de todos os produtos e, por último, armazenamento adequado de forma que produtos não compatíveis estejam armazenados adequadamente;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- XIII. Nas áreas de canteiros de obras devem estar disponíveis kits de emergência ambiental com pessoas treinadas para usá-los em caso de vazamento de óleo ou outros produtos químicos;
- XIV. Quando houver a necessidade de manutenção de equipamentos em campo, como trocas de óleo, abastecimento de combustível ou lubrificação, esse deve ser realizado em local adequado com piso visando evitar contaminações do solo e recursos hídricos;
- XV. Devem ser mantidas as condições de segurança dos tanques de combustíveis ou outros produtos, conforme normas ABNT vigentes;
- XVI. Executar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que deve ser elaborado em conformidade com a legislação pertinente. Dentre os principais cuidados têm-se:
- a. Disponibilizar em todas as áreas do canteiro de obras recipientes específicos para descarte de todos os tipos de resíduos, separando, classificando e depositando em dispositivos específicos cada material, por exemplo: recicláveis (papel, metal e plástico), orgânicos e não recicláveis. Materiais contaminados com produtos perigosos, óleos, combustíveis e graxas como estopas da oficina, EPIs, latas de tintas, recipientes de produtos também devem ter um recipiente específico para descarte;
 - b. Todos os tipos de resíduos produzidos no canteiro, orgânicos, recicláveis ou contaminados devem ser mantidos em um Centro Provisório para Armazenamento de Resíduos, que deve estar preparado para armazenar todos os tipos de resíduos do canteiro;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- c. Os descartes dos resíduos e materiais recicláveis devem ser feitos de forma ambientalmente correta, devendo-se priorizar o reaproveitamento, a reciclagem, a reutilização e por último, caso não seja possível as opções anteriores, os resíduos devem ser encaminhados para aterros sanitários ou para tratamento como coo processamento e incineração;
 - d. O transporte dos resíduos deve ser realizado por empresa especializada, de acordo com a sua tipologia apresentando todos os documentos comprobatórios para a realização de tal atividade;
 - e. Realizar treinamento de Educação Ambiental com todos os colaboradores que trabalhem nestas áreas com foco principal na coleta seletiva e segregação de resíduos;
- XVII. Observar a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho – NR-18, que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, observando os itens relacionados a áreas de vivências, alojamentos, cozinhas, refeitórios etc.;
- XVIII. A execução de serviços no período noturno, se necessário, deverá ser programada com antecedência mínima de 48 horas, observados os horários fixados pela legislação, sendo empregados equipamentos e sinalização noturna apropriados e de controle do nível de ruídos.
- XIX. Manter todas as áreas do canteiro em condições adequadas de higiene;
- XX. Implantar sinalização interna de segurança, manter segregada a área de escritórios, de circulação intensa de veículos e uma passagem segura demarcada para pedestres em todas as áreas;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

DESATIVAÇÃO

Após finalizadas as atividades das áreas de apoio – canteiro de obras, deve-se proceder a recuperação total das áreas ocupadas provisoriamente:

- I. Caso as estruturas não sejam mais necessárias, deverão ser removidas, inclusive os entulhos e demais resíduos como também reconformada a topografia e drenagem superficial da área, se for o caso;
- II. Os entulhos e resíduos removidos devem ser destinados para tratamento ambientalmente correto conforme Diretrizes do PGRCC da obra;
- III. Remover os componentes de drenagem provisórios e realizar a limpeza de todos os componentes do sistema de drenagem superficial;
- IV. Inspeccionar de forma completa os sistemas de tratamento de efluentes sanitários e apontar necessidades de manutenção, caso verificadas, e/ou desativação;
- V. Realizar inspeção, caso tenha sido implantada no canteiro, de áreas de lavagem de máquinas e equipamentos, de estocagem e manipulação de combustíveis, óleos e graxas, visando a identificar contaminações do solo e águas e, adoção de providências para sua recuperação, caso necessário.

9.14 BOTA-FORA

Para as atividades de bota-fora os seguintes cuidados devem ser adotados:

- I. As áreas de bota-fora deverão ter sua localização avaliada pelo setor ambiental municipal, em conjunto com a supervisão de obras e construtora, de acordo com a Legislação Ambiental vigente;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- II. O material deverá ser disposto de modo a não atingir áreas de preservação permanente e cursos d'água.

9.15 SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

Por se tratar de uma área plana, a implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) na Aldeia do Burgos não exigirá a realização de atividades de terraplenagem no local.

9.16 PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DO TRABALHADOR DURANTE A CONSTRUÇÃO

OBJETIVO

O objetivo do Programa de Segurança do Trabalhador e Saúde Ocupacional na fase de construção é definir padrões mínimos para o cumprimento da legislação de saúde, segurança e controle operacional, aplicáveis aos colaboradores da Obra.

Para o cumprimento desse objetivo, cuidados especiais deverão ser adotados pela construtora para minimizar os riscos de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou transmissão de doenças infectocontagiosas, assim como para tratar adequadamente os que eventualmente venham a ocorrer.

A elaboração e condução do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, bem como da aplicação do Programa de Saúde e Segurança Ocupacional dos Trabalhadores serão de responsável da construtora. Como objetivos específicos do Programa, são considerados:

- I. A redução da ocorrência de acidentes e problemas de saúde do trabalho;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



- II. O estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional que deverão ser exigidas contratualmente e sistematicamente adotadas durante a obra;
- III. A determinação das exigências mínimas de segurança do trabalho a serem atendidas pela empresa construtora;
- IV. A implantação de uma sistemática de automonitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados;
- V. O estabelecimento de procedimentos eficazes de atendimento das ações corretivas e notificações de não-conformidades, relacionadas ao Trabalho Seguro;
- VI. O treinamento dos empregados na observância dos Procedimentos de Trabalho Seguro e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- VII. A avaliação e o monitoramento da saúde da mão-de-obra contratada, mediante exames admissionais e periódicos que possibilitem o diagnóstico de doenças virais, bacterianas, parasitárias e outras, assim como a verificação das condições auditivas, de visão e outros aspectos relevantes para a atividade a ser realizada pelos empregados;
- VIII. A manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados;
- IX. O esclarecimento e orientação dos empregados sobre doenças sexualmente transmissíveis e doenças infectocontagiosas em geral;
- X. A assistência médica emergencial aos empregados em caso de acidentes;

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

XI. O encaminhamento aos serviços de saúde conveniados dos casos que requeiram assistência médica hospitalar; e

XII. A notificação às autoridades competentes no caso de ocorrência de doenças de notificação compulsória.

As normas e procedimentos do Programa Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional Durante a Construção visam também o cumprimento dos dispositivos legais sobre a matéria, com destaque às exigências da Lei Federal No 6.514/77 regulamentada pela Portaria MTE No 3.214/78, Portaria MTE/SSST No 24/94 e respectivas Normas Regulamentadoras.

METAS

O Programa tem como meta a conclusão da obra com índice zero de acidentes com afastamento e transmissão de doenças infectocontagiosas entre os empregados e, ainda, a conclusão das obras sem nenhuma notificação de não-conformidade decorrente da inobservância dos Procedimentos de Trabalho Seguro.

ATIVIDADES

As medidas a serem contempladas no âmbito do Programa durante a construção deverão garantir a conformidade da empresa construtora com a legislação trabalhista, assegurando que os procedimentos de saúde e segurança sejam adotados para todas as atividades e controlando a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia. Estão previstas, portanto, as seguintes atividades:

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

- I. Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- II. Elaboração do Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- III. Implantação e operação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) se necessário;
- IV. Instauração e operação da Comissão Interna de Prevenção de Acidente (CIPA), caso atinja o quantitativo de colaboradores exigidos por lei;
- V. Elaboração de Procedimentos de Trabalho Seguro;
- VI. Treinamentos em segurança do trabalho;
- VII. Todo trabalhador deverá submeter-se a exame médico e vacinação no momento de sua admissão;
- VIII. Deverá ser respeitada uma conduta adequada no trajeto de casa para o trabalho, visando garantir o sossego da comunidade local;
- IX. Para o consumo próprio, deverá ser utilizada somente água potável;
- X. Todo resíduo produzido na obra ou no refeitório deverá ser depositado em vasilhames adequados. Os restos de comida, vasilhames etc, deverão ser retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de resíduos nas áreas do empreendimento e de seu entorno;
- XI. Os sanitários deverão ser utilizados adequadamente;
- XII. Sob nenhum pretexto será permitida a supressão da vegetação do canteiro ou entorno, sem autorização do órgão ambiental competente;
- XIII. Os motoristas de máquinas e equipamentos deverão respeitar rigorosamente os itinerários traçados; e
- XIV. São proibidas as pichações nas instalações do canteiro de obras.

9.17 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AMBIENTAL DA MÃO DE OBRA CONTRATADA

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

OBJETIVO

O Programa de Capacitação Ambiental da Mão de Obra Contratada tem como objetivo a capacitação dos empregados da empresa construtora, para que todos tenham conhecimento das práticas gerais de gestão ambiental associadas às suas atividades. Deverá assegurar que todos realizem suas atividades de acordo com os procedimentos adequados, considerando os cuidados com o meio ambiente, as comunidades e o patrimônio. O treinamento deverá ser aplicado a todos os empregados, colaboradores e prestadores de serviço, inclusive de empresas terceirizadas.

ATIVIDADES

O treinamento ambiental a ser aplicado pela construtora da USBI deverá abranger os seguintes temas:

- I. Noções sobre legislação ambiental;
- II. Importância da prevenção e controle da erosão, poluição e danos ambientais;
- III. Destinação dos resíduos sólidos;
- IV. Instruções de controle ambiental;
- V. Procedimentos de supervisão e monitoramento ambiental;
- VI. Reconhecimento de animais peçonhentos e procedimentos no caso de acidentes; e
- VII. Procedimentos de acionamento em caso de acidentes ambientais.

Essa capacitação deverá ser parte do treinamento admissional obrigatório, em módulo padrão de duas horas de duração, ministrado no próprio canteiro de obra e com registro de presença. Complementarmente serão realizados treinamentos periódicos para reforçar os conceitos de gestão ambiental, cujo conteúdo deverá enfatizar os aspectos ou procedimentos que tenham se mostrado mais problemáticos durante a obra. A periodicidade máxima deste treinamento complementar deverá ser trimestral.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

O treinamento ambiental deverá estar apoiado em exposições audiovisuais, panfletos informativos e circulares. Reuniões emergenciais orientadas de acordo com o nível de instrução e de responsabilidade do público-alvo poderão ser convocadas a qualquer momento.

RESPONSABILIDADES

A capacitação ambiental da mão de obra é de responsabilidade da empresa construtora, assim como a elaboração de relatórios de acompanhamento do Programa, que deverão ser semestrais e conter informações sobre as datas e conteúdo dos treinamentos ministrados, o número de colaboradores treinados em cada período, lista de presença, registro fotográfico e avaliação da eficiência dos treinamentos ministrados.

9.18 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A construtora deverá desenvolver um programa de comunicação social para as comunidades da área de influência direta do empreendimento. Considerando que a implantação das UBSI ocorrerá em áreas com presença de comunidades indígenas, todas as ações de comunicação social deverão ser previamente autorizadas e acompanhadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

A construtora deverá garantir que essas atividades sejam conduzidas por profissional qualificado, com experiência comprovada em gestão social de projetos de infraestrutura junto a povos indígenas e conhecimento dos protocolos de Consulta e Participação Informada.

Adicionalmente, o Programa de Comunicação Social deverá estar alinhado ao Plano de Engajamento das Partes Interessadas do PROSUS II, bem como às diretrizes específicas contidas na Análise Sociocultural do Povo Pankararé. Esse alinhamento é essencial para assegurar que a comunicação com a comunidade indígena respeite suas especificidades

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

culturais, sociais e organizacionais, promovendo o diálogo transparente e o engajamento efetivo ao longo de todas as etapas do projeto. Assim sendo, tem-se como foco os seguintes objetivos:

- I. Mostrar para a comunidade indígena que se trata de uma obra importante para a melhoria da saúde da população local;
- II. Informar a população sobre a obra, os impactos e as medidas mitigadoras específicas para as fases da obra;
- III. Informar a população sobre os transtornos temporários que a obra poderá causar em seu cotidiano;
- IV. Receber as queixas da população sobre os incômodos das obras; e,
- V. Sensibilizar a população e contar com o seu apoio para que as intervenções possam ocorrer de forma adequada e ambientalmente sustentável.

9.19 AVCB

O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), instituído pela Lei Complementar nº 16.302/2015, é um documento obrigatório emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Trata-se de uma licença que atesta que as unidades de saúde do Programa cumprem um conjunto de medidas estruturais, técnicas e organizacionais voltadas à prevenção e ao combate a incêndios e situações de pânico. Sua exigência se aplica a imóveis comerciais, institucionais, prédios, condomínios, clubes, associações, igrejas e estabelecimentos prestadores de serviço, sendo dispensadas apenas as residências.

No caso da implantação da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI), caberá à construtora a responsabilidade pela obtenção do AVCB junto ao Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, com base no projeto arquitetônico da unidade e no respectivo Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

10. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - PGR

O objetivo principal do PGR é prevenir a ocorrência de acidentes na área de implantação da UBSI, cujos impactos podem afetar diretamente as áreas de intervenção.

As medidas e procedimentos definidos neste PGR, assim como nos demais programas que compõem o PGAS, devem ser rigorosamente seguidos pelas construtoras. Isso é essencial para assegurar a qualidade das obras, proteger o meio ambiente, garantir a segurança nas áreas de intervenção e, sobretudo, preservar a saúde e a segurança dos trabalhadores e da população no entorno da obra. São esperados, como resultados decorrentes da implementação do PGR:

- Garantia do total cumprimento da legislação relativa à segurança, ao meio ambiente e à saúde, em um processo de total transparência com as instituições e colaboradores, empresas contratadas, consultorias e, em especial, comunidades das áreas de influência da obra;
- Desenvolvimento das atividades de forma preventiva, com uma abordagem de melhoria contínua, visando a proteção da vida humana, do meio ambiente, dos recursos e do patrimônio público;
- Garantia dos elevados padrões ambientais, de segurança e saúde dos trabalhadores e comunidade, eventualmente expostos aos riscos decorrentes da execução das obras e dos riscos de eventos climáticos e desastres naturais; e
- Cumprimento das premissas estabelecidas pelo BID.

10.1. CENÁRIOS ACIDENTAIS E PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS

A seguir, são apresentados e descritos os cenários acidentais decorrentes das situações de perigo associadas às intervenções na área de implantação da UBSI, incluindo a ocorrência de desastres naturais e os aspectos relacionados à saúde.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

ACIDENTES COM MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS CAUSANDO DANOS ÀS PESSOAS

Na construção civil, os trabalhadores estão continuamente expostos aos riscos associados ao uso de equipamentos. De acordo com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT), esse é um dos setores que mais registram acidentes de trabalho no Brasil. Entre os acidentes mais comuns estão aqueles causados por equipamentos de corte, como serras, bem como os decorrentes do manuseio de componentes que apresentem risco de ruptura ou projeção de peças e partículas.

Foi atribuído grau de risco crítico para acidentes envolvendo máquinas ou equipamentos que possam atingir trabalhadores e transeuntes. Para prevenir acidentes, além das medidas de proteção individual e coletiva estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras NR 12 e NR 18, todos os equipamentos devem passar por inspeções e manutenções regulares. Além disso, é essencial que os trabalhadores sejam devidamente capacitados e atuem em condições adequadas de conforto térmico e iluminação.

ACIDENTES COM PEDESTRES DURANTE A MOVIMENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

O planejamento das obras deve priorizar a compatibilização do uso do espaço com a segurança das pessoas que circulam ou residem nas proximidades. Assim, além do isolamento da área de intervenção por meio de tapumes, é fundamental garantir a preservação dos acessos e das travessias de pedestres, assegurando a proteção da população que transita no entorno.

Sempre que necessário, devem ser implantados caminhos alternativos seguros, dispositivos de sinalização adequados e, quando aplicável, desvios de tráfego, a fim de evitar transtornos e prevenir acidentes envolvendo pedestres, condutores e moradores da vizinhança.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

ACIDENTES ENVOLVENDO TRABALHO EM ALTURA

No Brasil, as quedas durante atividades em altura representam uma das principais causas de morte na indústria da construção civil. Esses acidentes estão, em grande parte, associados à ausência de medidas de proteção coletiva e individual adequadas, bem como à falta de capacitação e treinamento dos trabalhadores.

Nas atividades em altura que envolvem o uso de andaimes, como nos trabalhos em telhados, coberturas, fachadas e nos serviços de montagem e desmontagem de estruturas, é obrigatório o cumprimento da Norma Regulamentadora NR 35. Essa norma estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para qualquer atividade realizada a mais de 2 (dois) metros de altura, quando houver risco de queda. Além disso, determina que todos os trabalhadores envolvidos sejam previamente capacitados para a execução segura dessas atividades.

CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL POR DERRAMAMENTOS DE EFLUENTES CONTENDO ÓLEOS, GRAXAS, TINTAS E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

O descarte de efluentes, como óleos, graxas, resíduos sanitários, água da lavagem de máquinas e veículos, além de sedimentos provenientes da movimentação das obras, pode comprometer a qualidade das águas subterrâneas (freáticas) e superficiais ao contaminar o solo. Para prevenir a contaminação ambiental associada ao manuseio de substâncias químicas perigosas, como óleos, graxas, tintas, solventes, entre outras, deverão ser seguida as premissas estabelecidas pelo PGRCC da obra e as citadas no item Gerenciamento de Produtos Perigosos, deste PGAS.

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA POR MATERIAL PARTICULADO E POEIRAS

A emissão de material particulado e gases poluentes durante as obras compromete a qualidade do ar, gerando efeitos adversos à saúde humana e impactando negativamente a qualidade de vida dos trabalhadores e da população do entorno. Os principais poluentes

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

atmosféricos liberados por veículos pesados e pelas operações de carga e descarga de materiais incluem monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC), óxidos de nitrogênio (NO_x) e de enxofre (SO_x), aldeídos e material particulado.

Os eventos de poluição atmosférica causados por poeira e partículas em suspensão são classificados como de risco moderado, pois, embora frequentes, podem ser controlados por meio de medidas corretivas. Entre essas medidas, destacam-se a instalação de equipamentos de controle de emissões, o respeito aos horários de trabalho e a aplicação de umidificação nas atividades de demolição e movimentação de terra. Neste Plano estão descritas as medidas de mitigação para este impacto.

RUÍDOS ACIMA DO PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS OBRAS

Nas obras de implantação da UBSI, as principais fontes de geração de ruídos são os equipamentos como martelotes, britadores, betoneiras, bate-estacas e veículos pesados. As medidas para mitigação envolvem o controle e manutenção adequada de máquinas e equipamentos, o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos trabalhadores, além da definição de horários apropriados para a realização de atividades potencialmente incômodas, visando minimizar os impactos na área de influência da obra.

INCÊNDIO OU EXPLOSÃO PELO MANUSEIO DE SUBSTÂNCIAS INFLAMÁVEIS

O cenário de incêndio ou explosão decorrente do manuseio de substâncias inflamáveis nos canteiros de obra pode ser considerado crítico em razão da gravidade de suas consequências. Portanto, sempre que houver necessidade de armazenamento e manuseio de combustíveis nas obras devem ser cumpridas as diretrizes da Norma Regulamentadora – NR 20 que dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

Por sua vez, no ambiente de trabalho a Norma Regulamentadora – NR 23 estabelece que todas as empresas devem possuir planos de proteção contra incêndio, rotas de fuga,

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

equipamentos de combate (extintores) e pessoal capacitado para sua extinção e contenção (Brigada de Incêndio).

AUMENTO DOS PROCESSOS EROSIVOS PELA MOVIMENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Atividades como supressão vegetal, terraplenagem e preparação do terreno para as obras e os canteiros de obra deixam os solos expostos e sujeitos aos processos erosivos, sobretudo nos períodos de chuvas intensas, com conseqüentemente assoreamento de cursos d'água e sistemas de micro e macrodrenagem nas áreas de intervenção.

Assim, durante as obras as intervenções devem estar restritas às áreas necessárias e confinadas do canteiro de obra e conduzidas com medidas de minimização dos danos à vegetação e ao solo e, sobretudo, de recuperação das áreas eventualmente degradadas pelas obras. Neste Plano estão descritas as medidas de mitigação para este impacto.

ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS DURANTE AS OBRAS

Animais peçonhentos, como cobras, escorpiões e aracnídeos, são comuns em áreas rurais, para prevenir acidentes com animais peçonhentos, é essencial o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas e botas, bem como a realização de vistorias nos locais antes do manuseio de materiais. Além disso, o cumprimento dos procedimentos estabelecidos no Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada é fundamental para garantir a segurança dos trabalhadores.

DESASTRES NATURAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Considerando os riscos crescentes associados às mudanças climáticas, é imprescindível que o Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) contemple também os cenários de desastres naturais, como enchentes, secas extremas, ventos fortes e eventos climáticos severos que possam comprometer a segurança da obra, dos trabalhadores e da

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



comunidade do entorno.

Dessa forma, o PGAS deverá ser complementado com um Plano de Gerenciamento de Risco de Desastres (PGRD), que poderá ser incorporado diretamente ao documento ou exigido como obrigação da Construtora, a ser elaborado e apresentado antes do início das obras. Esse plano deverá prever:

- A identificação de riscos climáticos e geológicos relevantes para a área de implantação da UBSI;
- Medidas preventivas e de mitigação para minimizar os impactos desses eventos;
- Procedimentos de resposta rápida e protocolos de evacuação, quando aplicável;
- Capacitação da equipe de obra para atuação em emergências climática; e,
- Alinhamento com os sistemas de alerta e defesa civil locais.

A inclusão do PGRD é essencial para garantir a resiliência das obras frente a eventos extremos e reforça o compromisso com a segurança, a sustentabilidade e a conformidade com os padrões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

11. FORMA DE ACOMPANHAMENTO

A obra deverá contar com a presença de profissional especializado na área ambiental, responsável pela elaboração de relatórios mensais de acompanhamento, nos quais serão descritas todas as atividades executadas no período, bem como as ações ambientais implementadas.

Deverá ser elaborado mensalmente o Relatório de Controle Ambiental da Obra (RCAO), o qual deverá ser produzido por profissional habilitado, devidamente acompanhado de suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).

No relatório de controle ambiental da obra deve constar a identificação do empreendedor, identificação do responsável técnico, a caracterização geral do empreendimento, as ações realizadas no período, Relatórios Fotográficos e Listas de presença quando couber e a conformidade ou não conformidade do item analisado.

O BID exige que seus Mutuários relatem ao Banco o cumprimento de normas aplicáveis de acordo com frequência acordada, incluindo seu progresso na consecução de objetivos ambientais e sociais e aspectos relacionados à implementação de obrigações legais e contratuais relevantes e requisitos regulatórios.

12. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO DOCUMENTO

O período aplicável compreende a todas as etapas prévias de liberação da licença de instalação do empreendimento, permanecendo por toda a etapa de obras até a sua conclusão. O término somente ocorrerá após o final das obras e desativação do canteiro e das áreas de apoio.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

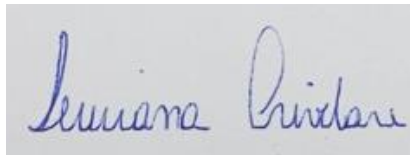
Este programa foi elaborado por Marília Seabra Martins Santos - Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392- BA.

14. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO DOCUMENTO

A construtora responsável pela execução da obra de implantação da UBSI assumirá integral responsabilidade pela implementação deste programa, em conformidade com os itens e diretrizes estabelecidos no presente documento.

15. RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO DOCUMENTO

Salvador, 17 de junho de 2025.



Luciana Carvalho Crivelare Castro
Geógrafa
CREA: 2016115040 /RJ

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

16. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina Perini de. Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia – PROSUS II BR-L1602: Análise Sociocultural (ASC) e Plano de Povos Indígenas (PPI) – Povo Indígena Pankararé. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. Marco de Políticas Ambientais e Sociais. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA – ISPN. Fauna e flora da Caatinga. [S.l.]: ISPN, [2025]. Disponível em: <https://ispn.org.br/en/biomes/caatinga/fauna-e-flora-da-caatinga/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, F. H. B. B. da; PARAHYBA, R. da B. V.; SILVA, F. B. R.; LOPES, P. R. C. Diagnóstico agroambiental do Município de Glória – Estado da Bahia. 2020.

WEATHER SPARK. Dados climáticos: clima característico em Paulo Afonso, Bahia, Brasil durante o ano. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/31084/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Paulo-Afonso-Bahia-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ELABORADO POR:	HISTÓRICO	LOCAL:	ELABORADO EM:
Marília Seabra M. Santos Engenheira Ambiental e Civil CREA: 61392	Revisão 1	SALVADOR - BA	17/06/2025

Avaliação Ambiental e Social (AAS) e Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)



17. ART – ANEXO

ELABORADO POR:

Marília Seabra M. Santos
Engenheira Ambiental e Civil
CREA: 61392

HISTÓRICO

Revisão 1

LOCAL:

SALVADOR - BA

ELABORADO EM:

17/06/2025